

REPENSANDO A NOÇÃO DE *CATEGORIA GRAMATICAL* OU SOBRE A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO *GRAMATICAL* NA LINGUÍSTICA

RETHINKING THE NOTION OF THE GRAMMATICAL CATEGORY OR ON THE INVENTION OF THE GRAMMATICAL TRADITION IN LINGUISTICS

Daniel Carvalho¹

Resumo: O presente texto reúne algumas reflexões acerca do caráter disciplinador da gramática como veículo de investigação científica da linguagem. A linguística contemporânea, independentemente de filiação teórica, adota suas (macro e micro) partes, seja como metalinguagem, seja como paradigmas de análise universais. Para o desenvolvimento da discussão, abordo a noção de tradição gramatical como uma invenção ocidental, mais especificamente, uma escolha com fundo político, feita ainda na expansão europeia do início da Idade Moderna, e que baseou o desenvolvimento da Linguística como a conhecemos atualmente. A desnaturalização do que constitui uma língua, do que constrói uma sua gramática permite que questionemos qual é sua função. Credito a especificação da terminologia gramatical ao pensar indo-europeu, o que impôs um padrão classificatório às demais línguas do mundo. Assumindo-se que a categorização gramatical e, portanto, linguística, é uma criação grega, que parte da observação dos predicados de um ser aristotélico, fruto da cultura da época, aponto uma inadequação da própria delimitação de um número de categorias gramaticais em detrimento de outras que sequer foram pensadas. Essa violação dos diversos conhecimentos de mundo resultou no apagamento linguístico de diversas cosmovisões e na estrutura gramatical que conhecemos hoje, sem maiores questionamentos e com uma desmarcada obediência epistêmica.

Palavras-chaves: Gramática. Categoria gramatical. Epistemologia.

Abstract: This paper brings together some reflections about the disciplinary character of grammar as a vehicle for scientific investigation of language. Contemporary Linguistics, regardless of theoretical affiliation, adopts its (macro and micro) parts, either as metalanguage or as universal analysis paradigms. For the development of the discussion, I approach the notion of grammatical tradition as a Western invention, more specifically, a choice with a political background, which origin goes back to the European expansion of the beginning of the Modern Age, and which based the development of Linguistics as we know it today. The denaturalization of what constitutes a language, of what builds its grammar allows us to question what its function is. I credit the specification of grammatical terminology to the Indo-European thinking, which imposed a classificatory pattern on the other languages of the world. Assuming that the grammatical categorization and, therefore, linguistic analysis, is a Greek creation, which starts from the observation of the predicates of an Aristotelian being, fruit of the culture of the time, I point out an inadequacy of the very delimitation of a number of grammatical categories at the expense of others that have not even been thought of. This

¹ Professor associado da Universidade Federal de Bahia. Integrou o PET Letras da UFAL no período de 2001 a 2003.

epistemic violation resulted in the linguistic erasure of several worldviews. This violation of the diverse knowledge of the world resulted in the linguistic erasure of several worldviews and in the grammatical structure that we know today, without further questioning and with an unquestioned epistemic obedience.

Keywords: Grammar. Grammatical Categories. Epistemology.

1. Introdução

Recentemente, li *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, de bell hooks. Sua primeira edição, em inglês, data de 1994 e sua primeira tradução para o português, de 2013. Demorei para conhecer essa obra que, de fato, é libertadora. A autora, no quinto capítulo de seu livro, recorre a sua memória para nos falar sobre quando começou a teorizar. O capítulo mencionado tem o título *A teoria como prática libertadora* e conta o processo pelo qual passou a autora para perceber-se como teórica do feminismo. O texto foi, para mim, libertador, como já dito, e também transformador. Especialmente, quando a autora remontou à sua infância nesse processo, lembrando que “sempre que [...] tentava levar as pessoas ao [seu] redor a fazer as coisas de outra maneira, a olhar o mundo de outra forma, usando a teoria como intervenção, como meio de desfazer o *status quo*, [...] era castigada” (Hooks, 2017, p. 83). Passei, então, a querer perceber teoria da forma que a pequena bell a entendia sem saber: como “meio de desfazer o *status quo*”.

Terry Eagleton, citado por hooks, afirma que encontramos nas crianças as melhores teóricas,

[...] pois não percebem a educação que nos leva a aceitar nossas práticas sociais rotineiras como ‘naturais’ e, por isso, insistem em fazer as perguntas mais constrangedoramente gerais e universais, encarando-as com um maravilhamento que nós, adultos, há muito esquecemos. Uma vez que não entendem nossas práticas sociais como inevitáveis, não veem por que não poderíamos fazer as coisas de outra maneira (EAGLETON, 1991, p. 34).

O presente texto suscita perguntas “mais constrangedoramente gerais e universais”, mas que curiosamente são evitadas ou simplesmente nós, adultos, acreditamos que não precisam ser feitas. As questões levantadas para o debate aqui proposto podem soar (e até mesmo ser) pueris. Mas esse possível fato não é desanimador. Pelo contrário, é estimulante!

Ainda do livro de bell hooks, remeto ao capítulo *A língua: ensinando novos mundos/novas palavras*. Nesse texto, hooks, sempre recorrendo às suas memórias, que a constituíram em quem é, recita um trecho do poema *The burning of paper instead of children* (Queimar papel em vez de crianças), de Adrienne Rich, poeta estadunidense: “esta é a língua

do opressor, mas preciso dela para falar com você”. Essa passagem do poema nunca saiu da mente de hooks e ficou plantada também na minha desde que a li. E ela epiloga o exercício feito nesse volume. Desde que o conceito de *gramática* foi criado em um momento da história grega para se falar sobre língua, todo o imaginário do que venha a ser uma língua foi construído a partir desse conceito. Portanto, precisarei usar a gramática para questioná-la. Na verdade, entendo que não queremos saber sobre esses processos, pois eles envolvem uma estrutura de poder que se quer impalpável, inatingível. Entretanto, como nos lembra Dan Slobin (1981), sabemos menos sobre os processos pelos quais as gramáticas elementares são revisadas. Podemos entender *elementares* como originais, constituintes de uma língua ainda não vilipendiada que será, por fim, “traduzida” ao modo de seu descritor.

Ainda recorrendo às palavras de hooks, que diz que “não é a língua inglesa que [a] machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar” (hooks, 2017, p. 224), recorro à gramática por percebê-la não como manancial de opressão, mas como instrumento para esse fim. Sua forma tinha um fim específico que foi, ao longo do tempo, refinado com finalidades opressoras, colonizadoras, domesticadoras.

A desnaturalização do que constitui uma língua, do que constrói uma sua gramática permite que questionemos qual é sua função. Entender o porquê de usarmos certos elementos linguísticos para representar *tempo* e *número* é essencial para entendermos o imo do que seja uma língua. O que um movimento dentro da linguística passou a chamar de traços gramaticais, as categorias cognitivas possuem uma função muito clara no exercício da linguagem: expressar nossa compreensão, nossa percepção do que nos cerca. Esses elementos permitem que os falantes se situem enquanto em um tempo e um espaço delimitados pela própria língua. Esses conceitos, inclusive, são invenções humanas na intenção de procurar entender sua existência. Existimos, portanto, a partir da língua. Esse mote existencialista guiará boa parte da discussão que aqui trago.

Assim, o presente debate, com contornos críticos, surge de inquietações sobre gramática e sua constituição. Seu tema não é novidade. Entretanto, o que areja o debate que levanto é o caminho tomado, escolhido para refletir sobre a gramática. Farei esse percurso discutindo categorias da gramática que tem repercussão em todos os níveis de análise linguística (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) e extralinguística (pragmática, discurso, processamento): pessoa, número e gênero. Essa escolha não foi aleatória. Pelo contrário, se deu por sua crescente visibilidade em diversos campos dos estudos sociais, como

a antropologia, a sociologia, a história, a literatura e a psicologia. Tentarei, através dessas categorias, demonstrar como a categorização da gramática, em qualquer de suas definições (como manual normativo, como disciplina, como elemento cognitivo ou social componente da língua), é impregnada de ideologia imperialista disfarçada de *tradição*. Entendo imperialismo aqui como definido por Edward Wadie Said (1995), partir de uma dupla perspectiva, baseada na força e no consentimento, na autoridade e aquiescência. Bruno Sciberras de Carvalho (2010, p. 51) resume bem essa dualidade imperialista como resquício colonial proposta por Said:

[a]inda que a condição colonial tenha sido praticamente extinta, o imperialismo sobreviveria como poder definido em uma esfera cultural geral baseada, sobretudo, em práticas representativas, além de econômicas e sociais. Tais práticas se expressam em formações ideológicas e, sobretudo, definições binárias que reproduzem a contraposição nós/eles, assim como nacional/estrangeiro, interno/externo, superior/inferior, progresso/atraso.

A gramática é a disciplina das humanidades que mais sofreu com a domesticação dessa tradição. Seu caráter purista, muitas vezes ocultado pelo colossal monumento erigido sobre si, é determinante de uma série de mutilações linguísticas e, portanto, culturais, sociais, históricas, psíquicas até, de diversos povos.

2. Sobre as escolhas da tradição gramatical

Muito se fez e ainda se faz no debate sobre qual seria a estrutura da gramática, sua história, sua constituição, sua função social. A história da gramática pode ser lida no decorrer da própria história (ABELSON, 2019 [1906]; NEVES, 1987, 2002, 2005; KETEL, 1991; LAW, 1993; BRITTO, 1997). Ela é capaz de contar a história dos povos, tanto dos vencedores, quanto dos perdedores da eterna batalha das dominações. Sua estrutura é discutida há pelo menos 2.500 anos na Índia e na Grécia, inicialmente, cuja tradição ocidental surge e se expande junto com os romanos nas vésperas da era comum², que definem o que constitui a gramática de suas línguas. Ganha tratados escritos por autores eclesiásticos, como Agostinho (século V) e Tomás de Aquino (século XIII), este já fruto dos escolásticos do período medieval. No medievo, ganha estatuto de disciplina, com a cristianização do currículo escolar sendo uma das sete artes liberais, juntamente com retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia. A gramática como disciplina curricular medieval mirava o

² Refiro-me à era denominada no mundo ocidental como “crístã”.

domínio da língua de poder à época, cujas fronteiras no ocidente eram praticamente impossíveis de se determinar, Igreja e Estado: o latim. Mas suas bases são gregas, herdadas “ao modo romano” de Dionísio o Trácio.

A conscientização sobre a língua, ou, parafraseando Peter Burke (2004), a descoberta da língua como instrumento político, surge concomitantemente à modernidade, por volta do século XV, como movimento de demarcação sociopolítica dos estados modernos europeus à época. Ainda no século XIV, Dante Alighieri escreve *De vulgari eloquentia* (cerca de 1302-1305), e inaugura o imaginário do *vernáculo*. De acordo com Cosimo Bartolini Salimbeni Vivai (2009, p. 7),

[o] conceito de ‘natural’ [...] será a base na qual Dante fundamentará todo seu trabalho de valorização e difusão do vulgar, da língua materna aprendida primeiramente no âmbito da família e depois pelo uso, sem necessidade de meios artificiais: e será justamente essa língua a possibilitar-lhe ir adiante com os estudos e alcançar o conhecimento da ‘gramática’ e das outras ciências.

Está fundada a ideia de língua nacional, da *eloquência vulgar*, e, assim, cada nação procura estabelecer a sua. Entretanto, o surgimento do vernáculo traz consigo a disciplinarização da língua através da canonização da gramática escolástica. Podemos entender essa disciplina gramatical nos termos foucaulteanos, na imposição de regras e hierarquias. Esse poder disciplinar exercido pela gramática é espelhada na formação da ordem escolar do início da Idade Moderna (FOUCAULT, 1999 [1975]). Penso que a gramática é ao mesmo tempo disciplinar e domesticadora, pois, além do “alinhamento obrigatório” que a disciplina exige, estabelece “uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular” (FOUCAULT, 1999 [1975], p. 164-173).

No século XIX, a gramática torna-se instrumento de um movimento nas ciências humanas que ficou conhecido por *linguística comparativista*. Com a euforia da teoria evolutiva darwiniana e a redescoberta do sânscrito como língua ancestral oriental, surge na Europa, com mais vigor na Alemanha, uma prática da comparação entre as gramáticas das línguas europeias e sul-asiáticas (indo-europeias) no intuito de se descobrir a língua original, a mãe de todas as línguas, que ficou conhecida como hipótese da protolíngua (cf. JEFFERS; LEHISTE, 1982).

Esse movimento levou alguns estudiosos, como Franz Boas (1940), a repensarem gramática como um elemento de unificação das línguas ocidentais e passaram a entendê-la como elemento estrutural das línguas particulares. Esse movimento ganhou força com o pensamento de Ferdinand de Saussure, cuja morte precoce nos primeiros anos da década de 1910 do século XX não interrompeu a disseminação de suas ideias sobre a estrutura da língua, materializadas no *Curso de Linguística Geral*, publicado originalmente em 1916, dando vida, assim, a uma nova forma de se pensar gramática.

Mais recentemente, na segunda metade do século XX, a gramática busca o estatuto de ciência natural, como a síntese de um mecanismo biológico da espécie humana, mas que, concomitantemente, com a ascensão da fala como parte vigorosa de sua funcionalidade, recebe críticas e, para uma parte de seus estudiosos preocupados com as possíveis amarras geradas por seus princípios e regras, principalmente no ensino de língua, vai sendo posta em segundo plano.

Entretanto, em toda a sua história, a constituição do que se convencionou chamar *gramática* foi sempre demudado. Pôde ganhar novos contornos, novas formas de manipular antigas categorias. É o exemplo da dupla articulação da linguagem de André Martinet, da segunda metade do século XX.

A história dos estudos da linguagem humana confunde-se com o debate sobre gramática. Mas, desde suas discussões embrionárias no ocidente, pouco, ou quase nada, se questionou sobre o que ela significa enquanto elemento constitutivo do ser. Ou, melhor pondo, quem é esse ser, cujas ações, essência e feitos foram fundadores do que entendemos por gramática?

O falante de uma língua não tem consciência da existência de uma sua gramática, que a estrutura e permite que seu pensamento seja expresso, se assumirmos que língua é a expressão do pensamento. Ou que a gramática permite que suas intenções no uso da língua se concretizem, quando, por exemplo, uma ordem é dada a partir de uma forma verbal imperativa. A gramática é invisível para o falante e seu único contato é com o que lhe é apresentado pela escola, um recorte de língua que oprime, pois não representa sua identidade linguística. Só conseguimos vê-la com os olhos do linguista. E é para este que a gramática inquieta. A gramática inquieta!

O antropólogo e linguista alemão radicado nos Estados Unidos Edward Sapir já demonstrava essa inquietação, apesar de fazê-lo enviesado por um discurso relativista estruturalista:

[o] natural ou, pelo menos, o ingênuo é supor que, quando desejamos comunicar uma certa ideia ou impressão, fazemos algo como um inventário grosseiro e rápido dos elementos objetivos e relações envolvidas nele, que tal inventário ou a análise é absolutamente inevitável, e que nossa tarefa linguística consiste meramente em encontrar as palavras particulares e agrupamentos de palavras que correspondem aos termos da análise objetiva. Assim, quando observamos um objeto do tipo que chamamos de ‘pedra’ movendo-se pelo espaço em direção à terra, involuntariamente analisamos o fenômeno em duas noções concretas, a de uma pedra e a de um ato de queda, e, relacionando as duas noções entre si por certos métodos formais próprios do inglês, declaramos que ‘a pedra cai’. Presumimos, com bastante ingenuidade, que esta é a única análise que pode ser feita adequadamente. E ainda, se olharmos para a maneira que outras línguas tomam para expressar este tipo muito simples de impressão, logo percebemos o quanto pode ser adicionado, subtraído ou reorganizado em nossa própria forma de expressão sem alterar materialmente nosso relato do fato físico. (SAPIR, 1924, p. 154).

A especificação da terminologia gramatical foi sempre uma escolha. Partindo de um raciocínio estruturalista, não há uma relação universal entre como os seres humanos experimentam eventos e os expressam em sua língua. Esse é um processo de gramaticalização que envolveu diversos fatores que não foram idênticos, sequer semelhantes, entre os diferentes povos no surgimento de suas línguas. A cognição humana é constituída a partir das experiências desses seres humanos, que são variadas localmente, isto é, a diversidade de experiências humanas varia na proporção que são variáveis os mundos em que esses seres humanos estão inseridos e participam. Isso também quer dizer que esses mundos sofrem a interferência dos seres humanos, que não são passíveis ao ambiente, como uma interpretação ingênua da hipótese darwiniana permite concluir.

Dan Slobin (1997), em um comentário sobre a passagem de Sapir citada acima, dá alguns exemplos sobre a diversidade de valores atribuídos à pedra sapiriana, que incluem gênero:

[e]m alemão e em francês, somos obrigados a atribuir à ‘pedra’ uma categoria de gênero – talvez os freudianos possam nos dizer por que esse objeto é masculino em uma língua e feminino em outra; em *chippewa*, não podemos nos expressar sem apresentar o fato aparentemente irrelevante de que uma pedra é um objeto inanimado. Se acharmos que o gênero não vem ao caso, os russos podem se perguntar por que consideramos necessário especificar em todos os casos se uma pedra, ou qualquer outro objeto, é concebida de maneira definida ou indefinida, por que a diferença entre ‘a pedra’ e ‘uma pedra’ é importante. (SAPIR, 1924, p. 154)

A ilustração de Sapir evocada por Slobin demonstra como o debate sobre o que vem a ser gênero gramatical, depende de fatores que vão do próprio problema da categorização feita na descrição linguística, resultado de conceptualizações por um ser específico, ao espraiamento que foi feito historicamente da relação estabelecida entre essa categoria e um dispositivo sexuado. Ainda, Sapir, talvez em tom irônico, remete ao fundador da psicanálise, Sigmund Schlomo Freud, na especulação da atribuição de um ou outro valor de gênero aos seres inanimados, como “pedra”, como consequência de inconsciente antropomorfizador característico dos indivíduos ocidentais.

Não tomarei partido teórico nesse artigo, mas apontarei, quando necessário, as diferentes perspectivas teóricas nas quais algum conceito ou definição é construída. Não serei formalista ou funcionalista, estruturalista ou gerativista, cognitivista ou analista do discurso. Malmente serei linguista. Mas, recorrerei na medida do possível a discussões filosóficas, pois é de uma corrente sua que nasce gramática como a conhecemos.

O filósofo britânico Stephen Toulmin (1972) distingue a conceptualização categorial em *absolutista* e *relativista*. A visão absolutista nega a possibilidade de mudança conceptual no entendimento humano. O filósofo, matemático e lógico alemão Gottlob Frege, que segundo Toulmin é um exemplo absolutista da conceptualização, afirma que

[f]requentemente, é somente após um imenso esforço intelectual, o qual pode ter continuado ao longo dos séculos, que a humanidade pelo menos consegue obter o conhecimento de um conceito em sua forma pura, removendo os acréscimos irrelevantes que o ocultam dos olhos da mente [...] o que é conhecido como história dos conceitos é, na verdade, uma história de nosso conhecimento de conceitos ou do significado das palavras. (FREGE, 1950, p. vii *apud* TOULMIN, 1972, p. 56).

Para a visão absolutista, um conceito é uma forma estável e adequada que precisa ser compreendida, o que só é possível alcançar com extremo esforço intelectual. Sendo assim, conceitos não são passíveis de historização.

Já a visão relativista, por outro lado, reconhece uma diversidade conceptual a qual está enraizada na diversidade de situações traduzidas em cultura, não havendo, portanto, um padrão geral independente culturalmente através do qual os conceitos possam ser avaliados (KETEL, 1991). A hipótese do relativismo linguístico de Edward Sapir é um exemplo desse modelo relativista conceptual.

É possível, entretanto, que entendamos a conceptualização e, conseqüentemente, a categorização, como um processo e não como o resultado de um dogma, pois tanto a visão absolutista quanto a relativista imobilizam a mutabilidade conceptual, porquanto nos fazem crer que essa mutabilidade conceptual é inalcançável pelo sujeito. Toulmin (1972) sugere que a racionalidade, o que permitiria, segundo a tradição ocidental, a conceptualização das coisas, seja alcançada pela maneira como e através das ocasiões em que o homem muda ideias, procedimentos e conceitos, e não pela forma como se compromete com ideias fixas, dogmáticas, procedimentos estereotipados e conceitos imutáveis. Não adotarei, como será visto mais adiante, essa noção ocidentalizada de racionalidade, mas comungo com Toulmin que conceitos são construtos do que se entende por ser, e da forma como esse ser entende o mundo que o cerca.

O artigo é uma provocação à linguística enquanto ciência da linguagem, portanto lugar atual da discussão gramatical. Como mencionado acima não tomarei posição teórica linguística em minha escrita, mas tomarei, sim, uma posição político-filosófica de um lugar de fala, que é, ao mesmo tempo autorrepresentativo e autoritário. Autoritário, pois falo do lugar do linguista inevitavelmente e devo policiar-me a todo momento. Mas, antes de tudo, falo do lugar da criança teórica de bell hooks, que quer levar o outro a compreender o seu redor de maneira diversa.

3. A invenção de categoria gramatical

Na construção da discussão, procurei apresentar diversas compreensões de gramática, mas sempre para entendermos um componente considerado, desde Protágoras, no século V antes da era comum, um de seus constitutivos: o gênero.

Gênero é uma rubrica para muita coisa. É entendido, pelo menos, como uma categoria social (*gênero social*), uma categoria “natural” (*gênero biológico*) e uma categoria linguística (*gênero gramatical*). Não é meu interesse fazer um estudo etimológico da palavra *gênero*, mas sua origem grega (*gênos, èris*), que segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, significava originalmente “nascimento, descendência, origem; raça, tronco; descendente, rebento, filho”, se não foi perdida, acompanhou as mudanças que as línguas sofrem e hoje, nas Ciências Sociais e Humanas, nas quais a Linguística se insere, gênero é

associado à discussão dicotômica entre o par sexual feminino/masculino.³ Essa associação não é acidental, como tentarei demonstrar ao longo dos seguintes capítulos.

Essa categoria acessória, segundo uma tradição gramatical europeia, pode dizer muito sobre o que fomos levados a entender sobre gramática. Ela ilustra de forma bem transparente a parcialidade na construção histórica e institucional de gramática.

Faço, portanto, para além de uma descrição necessária de gênero como categoria gramatical, um exercício de desmistificação do entendimento que somos levados a crer de gramática como reflexo de uma língua. Gramática, em qualquer de suas concepções na linguística, é entendida como um produto do seja uma língua, mesmo em suas definições mais descritivas ou biologizante.

Nem mesmo os mais críticos à gramática como elemento constituinte de uma língua ou aqueles que a restringe a um mero aglomerado ultrapassado ou inútil de regras, discutem ou refletem sobre o porquê de sua composição ou estruturação não serem questionadas no passar dos anos. Tenho uma memória de meus anos no curso de graduação em Letras, na Universidade Federal de Alagoas, na qual era constantemente lembrado por alguns professores de que o entendimento dos conceitos de *sujeito*, *predicado*, *transitivo* ou *aspecto*, por exemplo, exigiam uma discussão filosófica que ultrapassavam as ementas das componentes curriculares (ou seriam mesmo disciplinas?) linguísticas e, portanto, nunca foram discutidas no curso.

Como será visto mais adiante, essa conceptualização cujas origens filosóficas foram legadas ao que conhecemos por gramática não sofreu nenhuma alteração de suas categorias desde que foi proposta, há mais de 2.000 anos. A linguística contemporânea adota suas (macro e micro) partes como paradigmas em suas análises, independentemente de filiação teórica. Seja na linguística cognitiva, na psicolinguística, na sociolinguística, na linguística gerativista, ou em qualquer outra vertente dos estudos da linguagem, as categorias gramaticais são sempre as mesmas. Pensar gramática de forma distinta ao que nos foi apresentado pelos gregos é um tabu.

O entendimento da ciência linguística é de que as línguas humanas possuem pelo menos dois tipos de elementos significativos usados na construção de enunciados: os que fazem referência a objetos e eventos de experiência e aqueles que estabelecem relações entre essas experiências e à perspectiva do falante/enunciador e/ou do ouvinte/interlocutor. Em suma, esses elementos fazem parte de duas grandes classes nas teorias linguísticas: os

³ As ciências biológicas e naturais ainda usam a expressão gênero a partir de sua concepção grega para fins taxonômicos.

elementos ou itens lexicais e os elementos ou itens gramaticais. Fazem parte do primeiro grupo verbos e nominais (incluindo adjetivos) e, do segundo grupo, todo o rol de categorias funcionais de uma língua: conectores, marcadores de tempo, aspecto, número, pessoa, gênero etc.⁴ Essa distribuição tem consequências tanto na descrição das línguas em modelos mais tradicionais (bloomfieldiano ou da Tipologia Canônica, proposta por Greville G. Corbett, por exemplo), como também nas teorias de aquisição de língua pela criança. Dan Isaac Slobin parte de discussão semelhante em sua pesquisa, iniciada ainda nos anos 1960, sobre o que a criança adquire quando adquire uma língua e como línguas de sinais desafiam a formulação tradicional de categoria.

Dessa forma, minha provocação é levar esse tabu gramatical à berlinda. Esse é um trabalho monumental, que deve ser pensado por muitas e muitos e levará um tempo incontável, e não foi minha intenção exauri-lo. Por isso, a decisão de dar voz apenas a gênero, microcategoria de classificação nominal. Comungo do entendimento de Teun Adrianus van Dijk (1980) de que a cognição é baseada em macro e microestruturas para propor a distinção *macrocategoria* e *microcategoria* gramatical, apenas para fins metodológicos. Como distribuído há pouco, macrocategorias são aquelas que espelham as categorias aristotélicas, que atualmente compõem as chamadas classes de palavras, como nomes e verbos; microcategorias, por seu turno, são entendidas aqui como as categorias “acessórias” na tradição gramatical, conhecidas como traços gramaticais na tradição linguística: número, pessoa, gênero, tempo, aspecto, caso. São elementos gramaticais que refletem nas línguas, de alguma forma, a representação cognitiva do mundo pelo falante, pois a representação linguística de pessoa do discurso, quantificação, temporalidade ou aspectualidade depende exclusivamente do ponto de vista do enunciador e de seu(s) interlocutor(es) e é materializado na enunciação, a partir de um conjunto limitado de elementos disponíveis nas línguas. Para fins de fluidez da leitura, continuarei a chamar gênero apenas de categoria, uma vez que não é meu intuito discutir as demais macro e microcategorias gramaticais.

Ao lado de *pessoa* e *número*, gênero é conhecido por seu papel na concordância nominal e na distribuição de alguns pronomes em línguas como o português, em classes ou valores, nominalmente conhecidos basicamente como *masculino*, *feminino* e *neutro* ou *comum*. Essa distribuição dos valores de gênero, segundo muitos linguistas, especialmente os

⁴ A partir dessa distribuição, uma classe de palavras como *pronome* apresenta-se híbrida, pois ao mesmo tempo que pode ser considerada como um nominal, também pode ser pensada como um elemento funcional que apenas materializa itens do segundo grupo, como pessoa, número e gênero. Para uma discussão mais aprofundada sobre a natureza categorial da classe dos pronomes, cf. Carvalho, 2008, 2010, 2017.

que fazem um trabalho tipológico e descritivo, não correspondem, em muitos casos, à real função das marcas linguísticas que a materializam no ato da referenciação. Nomes que representam dimensão ou material foram distribuídos entre os valores acima em um número incontável de línguas. Isso requereu de alguns linguistas a distinção entre gênero e classe, como categorias gramaticais. Mas essa distinção não teve o alcance necessário para que o imaginário construído sobre a categoria gramatical gênero fosse desfeito. Veremos, ainda, que um grande número de línguas não apresenta essa categoria nominal, mas sua função é desempenhada por outros dispositivos linguísticos.

Meu intuito não é apenas indicar uma inadequação na nomenclatura da categoria gênero. Antes, minha intenção é demonstrar a inadequação da própria delimitação de um número de categorias em detrimento de outras que sequer foram pensadas. Não irei propor soluções para os problemas que levantarei e tenho consciência das consequências dessa escolha. Mas, também tenho consciência de que a proposição de qualquer solução seria lançar mão do problema que decidi discutir. Não pretendo fundar uma nova forma de pensar a teoria linguística. Minha única pretensão é inquietar o leitor, desnaturalizar certos conceitos e descrystalizar determinadas definições. E escolho fazer isso a partir da categoria gênero por algumas razões.

A primeira dessas razões é que o debate feito sobre essa categoria é algo que se manteve fresco na sociedade e causa bastante controvérsia quanto às tentativas de uma neutralização do gênero gramatical, polarizando a discussão entre puristas e anarquistas gramaticais. Uma segunda motivação é de cunho pessoal, pois ao tempo que sou fruto de uma formação linguística formalista, tendo trabalhado nos últimos anos com essa categoria linguística filiado a uma empresa gerativista concebida por Noam Chomsky (1981, 1995, 2000) e sendo um linguista e sujeito cuir, passei a sentir a necessidade de rever a categoria como um elemento calcificado nas línguas, pouco representativo da diversidade de corpos que uma língua precisa lidar. Ainda, uma terceira motivação é a reprodução automática de perguntas de pesquisa que não são necessariamente nossas, pois a grande maioria dos modelos de análise linguística que são utilizados nos estudos da diversidade de línguas do mundo parte de um único lugar de pensamento, de uma única epistemologia: a euro-americana.

Eu entendo *epistemologia* como imaginário autorizado por algum discurso, pelo científico, por exemplo, que valida um tipo de conhecimento. A função normativa da

epistemologia observada pela filósofa panamenha Linda Martín Alcoff (2016 [2011], p. 113) amplia esse entendimento:

[a] função normativa da epistemologia diz respeito não apenas à questão de como o conhecimento é produzido, de quem é autorizado a produzir, de como a presunção de credibilidade é distribuída e de como os objetos de investigação são delineados. Mais do que isso: diz respeito à forma como o conhecimento deve ser produzido, a quem deve ser autorizado, à forma como a presunção de credibilidade deve ser distribuída e à forma como podemos ganhar alguma influência politicamente reflexiva sobre as delimitações da ontologia.

As epistemologias dominantes, a científica, a filosófica e, em muitos casos, a religiosa, especialmente as de origem judaico-cristã, circunstanciadas politicamente, estabelecem a autoridade e como sua atribuição é difundida. Determinam quais valores são atribuídos aos lugares que podem produzi-las e aos métodos e procedimentos que são considerados certos. E, acima de tudo, estabelecem o que deve ser desprezado, produzindo teorias segregadoras. A epistemologia normativa, entendida como conjunto das epistemologias dominantes, “presume o direito de julgar” (MARTÍN ALCOFF, 2016, p. 131) o que não lhe pertença por herança.

Não estou incitando o abandono da epistemologia normativa, o que se assemelharia a um movimento que existiu (e ainda existe!) na linguística com o entusiasmo da promoção de modelos aplicados em detrimento da reflexão gramatical, em especial no ensino e aprendizagem de línguas. Nossa discussão não se pretende anarquista nem revolucionária. Deixo essa tarefa para os mais engajados. Ela é apenas provocativa. Ela questiona as raízes do conhecimento que é disseminado como verdade única. Questiona por que apenas um grupo define o que pode ser pensado e como deve ser pensado. Porque esse grupo não permite que outros corpos participem da formação do imaginário que gera ciências, que gera normas.

Ao mesmo tempo, reconheço a difícil tarefa à qual me proponho, um *Ardil 22*⁵, de fazer uma crítica a um construto ocidental, como a gramática, revisando-o e questionando-o, mas, ao mesmo tempo, utilizando para tal seus próprios elementos constitutivos, que o caracterizam. Como mencionado no parágrafo anterior, não proponho o abandono da epistemologia ocidental, normativa. O que pretendo, e proponho como exercício de reflexão, é desnaturalizar sua normatividade. É apontar que há conhecimentos provinciais, locais sobre língua que nos permitem pensar gramática de forma consciente, não apenas reproduzindo

⁵ Termo cunhado por Joseph Heller em seu romance *Ardil 22*, lançado nos Estados Unidos em 1971, usado como metáfora para o paradoxo no qual evitar um problema seria a própria causa desse problema.

parâmetros estabelecidos por outros olhos e bocas. A tipologia linguística é mais sensível, em alguns casos, a essa normatividade metodológica da gramática, especialmente na descrição de línguas de comunidades originais do sul global (CONNELL, 2007) pertencentes às américas do sul e central, África subsaariana, sul asiático e Austrália. Tentou, em alguns casos isolados, desconstruir as categorias gramaticais ocidentais na descrição de algumas línguas. Paul Garvin (1948), por exemplo, procurou, inspirado na matemática, substituir as classes de palavras por variáveis como X, W e Y. Matthew Sygne Dryer (1997), entretanto, lembra que esse exercício se mostrou confuso para seus leitores e para o entendimento de sua descrição pelos demais linguistas. Mas, como será discutido no capítulo 4, essa resistência para uma redefinição das partes que constituem a gramática de uma língua é o reflexo da manutenção de um discurso hegemônico dentro do campo da linguística, herança de uma tradição greco-romana.

Em uma entrevista concedida a Martin Haspelmath em 2018⁶, Dan Issac Slobin faz menção à colonização gramatical nas decisões categoriais nas línguas, cerne do debate que proponho lançar:

[...] deixe-me acrescentar que gosto particularmente de sua observação de que ‘não faz sentido perguntar se Warlpiri tem um acusativo latino porque o acusativo latino é definido com respeito às construções do latim’. (Vixe – memórias de antigas gramáticas coloniais!) Usei um argumento semelhante para contrariar a proposta de Pinker de que a criança começa com uma tabela de correspondência, como ‘paciente de ação transitiva’ ~ ‘Acusativo’ (PINKER, 1984, p. 40). Eu aponte que categorias gramaticais como ‘Acusativo’ não representam noções unitárias e não estão em um continuum unidimensional com outras categorias de caso, porque as subdivisões atravessam diferentes tipos de categorias (SLOBIN, 1997, 2001). Rebatí com os seguintes exemplos ilustrativos (aos quais Pinker nunca respondeu):

Alguns fatores que influenciam a escolha da marcação gramatical do paciente:

- paciente definido apenas (flexão de caso em turco);
- masculino animado *versus* outro, paciente total *versus* parcial, paciente singular *versus* plural, sentença afirmativa *versus* negativa (flexões de caso em russo);
- paciente total *versus* parcial, ação concluída *versus* não concluída (flexões de casos no finlandês);
- ação física direta apenas no paciente (partícula do mandarim);
- marcação do paciente (fusão direta e indireta) apenas no tempo presente (georgiano);

⁶ A entrevista pode ser lida na íntegra na página do blog *Diversity Linguistics Comment: language structure throughout the world* no endereço: https://dlc.hypotheses.org/1008?fbclid=IwAR00cKIDw-73TCRLIUzRqqEUmWYAeWlQZRPSvVMqKxiUh_EZX6HhdTDr8Tg.

- um marcador para paciente, alvo, destinatário, beneficiário (pronomes pessoais em inglês)[.] Esta é apenas uma lista muito breve e simplificada, mas deixa claro que a noção de ‘paciente’ ou ‘objeto direto’ se confunde com várias outras noções de língua para língua, incluindo categorias como tempo verbal, aspecto, definitude, natureza do efeito e assim por diante. (Um problema semelhante surge com relação ao alinhamento de Pinker de ‘Aspecto’ com ‘Duratividade’, dada a gama de categorias aspectuais ...). (SLOBIN; HASPELMATH, 2018, tradução minha).

A observação de Slobin sobre a variabilidade na marcação de uma categoria semântica como *paciente* (aquele que sofre uma ação, e pode ser também identificado como *experienciador* (cf. CANÇADO; AMARAL, 2016)) se estende às demais categorias, não apenas as semânticas, mas as gramaticais de forma mais geral. E essa variabilidade morfossintática translinguística é também resultado de nossa percepção simbólica do que nos cerca. O que entendemos, por exemplo, pelas categorias *pessoa* e *número* é o resultado da experiência, de como um povo percebe o mundo ao seu redor.

Assim, a tradição da descrição linguística acaba por forçar categorias das mais diversas cosmogonias à percepção de uma única visão de mundo: a indo-europeia. Isso nos remete aos *pés de lótus*. O padrão de beleza instaurado por um juízo machista milenar chinês impunha uma automutilação feminina, quando as mulheres literalmente quebravam os ossos dos pés para dobrá-los e encaixá-los em pequeninos sapatos, caricatos como pés de bonecas. Algo similar ocorre ao se tentar “traduzir” diversas percepções de mundo em categorias que muitas vezes não são compatíveis, resultando em adaptações categoriais.

Nas palavras de Joseph Errington (2001, p. 20): “representações metalinguísticas da fala estrangeira, emolduradas em línguas mais familiares aos europeus, tornou possível, de forma recorrente, a figuração da linguagem entre as ‘características culturais e representacionais da autoridade colonial’”. O que está em jogo, portanto, são as fontes das “certezas linguísticas autoritárias” (GREENBLATT, 1991, p. 89), uma vez que estão arraigadas em juízos hierárquicos de línguas e povos (OLENDER, 2012).

4. Palavras finais

O presente texto pretendeu fazer um exercício de desnaturalização do que se entende tradicionalmente por categoria gramatical, apresentada aqui como uma invenção ocidental. Minha discussão foi motivada pela defesa deferida por teorias linguísticas de uma inflexibilidade nos padrões de realização de algumas categorias semântico-gramaticais.

A noção de categoria gramatical deve ser entendida como uma ilusão metodológica, ou emprestando o termo de Roman Jakobson, uma ficção técnica, ou, ainda, um delírio de uma lógica genealógica eurocêntrica, nas palavras de Maurice Olender. Essa ilusão, entretanto, ganhou ares de verdade através da história e tornou-se um dogma incorruptível na visão de puristas teóricos (ou teóricos puristas). Incluo-me, muitas vezes, no lugar desse purismo e é a partir desse lugar que procurei suscitar essa reflexão.

A atualização conceptual que dá origem às categorias linguísticas, portanto, precisa acompanhar as diferenças nas relações que representam e sofrer suas metamorfoses, já há muito refreadas. Podemos aqui reinterpretar o “normal” coseriano se assumimos que o que modifica um sistema linguístico (ou qualquer mecanismo que o valha) é a atualização da norma linguística, que, como consequência, reflete uma atualização do sistema, do funcionamento da língua. Roberto Gomes Camacho, revisando o conceito de Eugenio Coseriu (1979), bem lembra que “a norma inclui o que na fala é repetição de modelos anteriores: de um lado, sua definição, elimina tudo que na fala é momentâneo e ocasional; de outro, conserva os aspectos comuns que se podem comprovar nos atos lingüísticos e seus modelos” (CAMACHO, 1981, p. 20).

Essa pasteurização constituiu uma centralização categorial nesse ser aristotélico, ao redor do qual orbitam todas as possíveis predicções das coisas, apagando quaisquer outras formas de ser e de percebê-la(o), o que teve como consequência a impossibilidade de esboçar novos contornos de possíveis predicados.

Referências

- ABELSON, Paul. **As sete artes liberais**: Um estudo sobre a cultura medieval. Tradução de Nelson Dias Corrêa. Campinas: Kírion. 2019 [1906].
- BOAS, Franz. **Race, Language and Culture**. New York: The Macmillan Company, 1940.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos**: ensino de língua X tradição gramatical. Campinas: Mercado das Letras. 1997.
- BURKE, Peter. **Languages and communities in early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press. DOI: https://doi.org/10.1017/CBO9780511617362._2004.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Norma, Ideologia e a Teoria Da Linguagem. **Alfa**, v. 25, p. 19-30. 1981.

- CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. **Introdução à Semântica Lexical**. Papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. Petrópolis: Vozes, 2016.
- CARVALHO, Danniell da Silva. **A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- CARVALHO, Danniell da Silva. Geometria de traços e a sintaxe de pronomes no português brasileiro. *In*: VELOSO, João; BRITO, Ana Maria Barros; SILVA, Fátima; FIÉS, Alexandra. **Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Tipografia Nunes Lda, p. 245-261, 2010.
- CARVALHO, Danniell da Silva. **The Internal Structure of Personal Pronouns**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2017.
- CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110884166>. 1981
- CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT Press. 1995
- CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: the framework. *In*: MARTIN; Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (Eds.). **Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honour of Howard Lasnik**. Cambridge: MIT Press: 89-155. 2000.
- CONNELL, Raewyn. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. Cambridge: Polity. 2007.
- COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora EDUSP. 1979.
- DRYER, Matthews Syngé. Are Grammatical Relations Universal? *In*: BYBEE, Joan; HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra. (orgs.). **Essays on Language Function and Language Type: Dedicated to T. Givón**. Amsterdam: John Benjamins, p. 115-143. DOI: <https://doi.org/10.1075/z.82.09dry>. 1997.
- ERRINGTON, Joseph. Colonial Linguistics. **Annual Review of Anthropology**, v. 30, p. 19-39. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.30.1.19>. 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da Prisão. 2 ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes. 1999 [1975].
- GARVIN, Paul. Kutenai III: morpheme distributions (prefix, theme, suffix). **International Journal of American Linguistics**, n. 14, p. 171-187. 1948.
- GREENBLATT, Stephen. **Marvelous Possessions: The Wonder of the New World**. Chicago: Univ. Chicago Press. 1991.

- Hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009
- JEFFERS, Robert. J.; LEHISTE, Ilse. **Principles and Methods for Historical Linguistics**. Cambridge, Ma: MIT Press. 1982.
- KETEL, Els Elffers-van. **The historiography of grammatical concepts: 19th and 20th-century changes in the subject-predicate conception and the problem of their historical reconstruction**. Amsterdam/Atlanta, GA: Rodopi. 1991.
- LAW, Vivien. The Historiography of Grammar in the Early Middle Ages. **Historiographia Linguistica**, v. 20, n. 1, p. 1 – 23. DOI: <https://doi.org/10.1075/hl.20.1.03law>. 1993.
- MARTÍN ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 1, n. 31, p. 129-143. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100007. 2016 [2011].
- NEVES, Maria Helena Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec. 1987.
- NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.
- NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP. 2002.
- NEVES, Maria Helena Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora UNESP. 2005.
- OLENDER, Maurice. **As línguas do Paraíso**. Arianos e semitas: um casamento providencial. Tradução de Bruno Feitler. São Paulo: Phoebus. 2012.
- PINKER, Steven. **Language learnability and language development**. Cambridge, MA: Harvard University Press. DOI: 10.2307/j.ctvjsf414. 1984.
- SAID, Edward Wadie. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- SAPIR, Edward. The grammarian and his language. **American Mercury**, v. 1, p. 149-155. 1924.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. Ed. Tradução de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix. 2006 [1916].
- SLOBIN, Dan Isaac. The origins of grammaticizable notions: Beyond the individual mind. In: Dan I. Slobin (ed.). **The crosslinguistic study of language acquisition**. Vol. 5. Expanding the contexts. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 265-323. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315802541>. 1997.

SLOBIN, Dan Isaac. Form function relations: How do children find out what they are? In Melissa Bowerman & Stephen C. Levinson (eds.). **Language acquisition and conceptual development**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 406-449. DOI:

<https://doi.org/10.1017/CBO9780511620669>. 2001.

SLOBIN, Dan Isaac; HASPELMATH, Martin. An interview with Dan Slobin on diversity of categories, acquisition, and sign language. **Diversity Linguistics Comment: language structure throughout the world**, 27 jan. 2018. Disponível em:

<https://dlc.hypotheses.org/1008?fbclid=IwAR00cKIDw->

73TCRLIUzRqqEUmWYAeWlQZRPSvVMqKxiUh_EZX6HhdTDr8Tg. Acesso em 07 set. 2020.

TOULMIN, Stephen. **Human understanding**. Vol. I. Oxford: Oxford university Press. 1972.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Macrostructures**: an interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. 1980.

VIVAI, Cosimo Bartolini Salimbeni. **Uma leitura do De vulgari eloquentia de Dante Alighieri**. Vol. 1. Dissertação de Mestrado em Língua e Literatura Italiana. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.